

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, do Banco Bradesco BBI S.A. (Bradesco BBI), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco BBI, Banco de Investimento da Organização Bradesco, assessora clientes em emissões de ações, operações de fusões e aquisições, estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas, incluindo debêntures, notas promissórias, CRIs, fundos imobiliários, FIDCs e *bonds* no Brasil e exterior, além de operações estruturadas de financiamento de empresas e financiamentos de projetos na modalidade *Project Finance*.
No semestre, o Bradesco BBI assessorou 43 transações em todos os produtos de *Investment Banking*, totalizando volume de R\$ 45,6 bilhões.

O Lucro Líquido registrado somou R\$ 445 milhões, correspondente a R\$ 94,13 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 6,8 bilhões e Ativos Totais de R\$ 7,3 bilhões.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.

Diretoria

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil | | | | | |
|--|------------------|------------------|--|------------------|------------------|
| | 2015 | 2014 | | | |
| ATIVO | | | PASSIVO | | |
| CIRCULANTE | 4.225.154 | 3.208.567 | CIRCULANTE | 495.187 | 305.898 |
| DISPONIBILIDADES (Nota 4)..... | 7 | 6 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6cII)..... | - | 28.060 |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)..... | 2.097.733 | 984.059 | Instrumentos Financeiros Derivativos..... | - | 28.060 |
| Aplicações no Mercado Aberto..... | 229.525 | 204.732 | OUTRAS OBRIGAÇÕES..... | 495.187 | 277.838 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6a)..... | 1.868.208 | 779.327 | Sociais e Estatutárias (Nota 13d)..... | 331.597 | 44.638 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)..... | 1.683.622 | 1.764.078 | Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)..... | 108.149 | 165.904 |
| Carteira Própria..... | 1.539.082 | 1.674.329 | Diversas (Nota 12b)..... | 55.441 | 67.296 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6b)..... | 93.445 | 23.943 | | | |
| Vinculados à Prestação de Garantias..... | 51.095 | 65.806 | | | |
| OUTROS CRÉDITOS..... | 443.474 | 460.219 | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | 67.801 | 36.909 |
| Rendimentos a Receber (Nota 7a)..... | 220.164 | 251.814 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6cIII)..... | 25.899 | 1.108 |
| Diversas (Nota 7b)..... | 223.310 | 208.405 | Instrumentos Financeiros Derivativos..... | 25.899 | 1.108 |
| OUTROS VALORES E BENS..... | 318 | 205 | OUTRAS OBRIGAÇÕES..... | 41.902 | 35.801 |
| Outros Valores e Bens..... | 960 | 960 | Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)..... | 32.331 | 27.121 |
| Provisões para Desvalorizações..... | (960) | (960) | Diversas (Nota 12b)..... | 9.571 | 8.680 |
| Despesas Antecipadas..... | 318 | 205 | | | |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 1.623.111 | 1.858.636 | RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS | 465 | - |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)..... | 1.576.156 | 1.828.068 | Resultados de Exercícios Futuros..... | 465 | - |
| Carteira Própria..... | 1.550.000 | 1.826.772 | | | |
| Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6b)..... | 26.156 | 1.296 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13) | 6.785.778 | 6.184.793 |
| OUTROS CRÉDITOS..... | 46.955 | 30.568 | Capital:..... | | |
| Diversos (Nota 7b)..... | 46.955 | 30.568 | - De Domiciliados no País..... | 4.537.929 | 4.537.929 |
| PERMANENTE | 1.500.966 | 1.460.397 | Reserva de Capital..... | 561.662 | 561.662 |
| INVESTIMENTOS..... | 1.497.193 | 1.456.806 | Reservas de Lucros..... | 1.685.329 | 1.027.132 |
| Participações em Coligadas e Controladas:..... | | | Ajustes de Avaliação Patrimonial..... | 858 | 58.070 |
| - No País (Nota 8a)..... | 1.496.792 | 1.231.126 | | | |
| Outros Investimentos (Nota 8b)..... | 707 | 225.986 | TOTAL | 7.349.231 | 6.527.600 |
| Provisões para Perdas (Nota 8b)..... | (306) | (306) | | | |
| IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)..... | 3.641 | 3.385 | | | |
| Imóveis de Uso..... | 991 | 991 | | | |
| Outras Imobilizações de Uso..... | 7.004 | 6.064 | | | |
| Depreciações Acumuladas..... | (4.354) | (3.670) | | | |
| INTANGÍVEL (Nota 10)..... | 132 | 206 | | | |
| Ativos Intangíveis..... | 446 | 444 | | | |
| Amortização Acumulada..... | (314) | (238) | | | |
| TOTAL | 7.349.231 | 6.527.600 | | | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil | | | |
|--|-----------------|------------------|--|
| | 2015 | 2014 | |
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 222.725 | 200.267 | |
| Operações de Crédito..... | 16 | 66 | |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)..... | 129.424 | 200.408 | |
| Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6cV)..... | 93.285 | (207) | |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | - | 24 | |
| Reversão de Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa..... | - | 24 | |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 222.725 | 200.291 | |
| OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS | 310.795 | 332.019 | |
| Receitas de Prestação de Serviços (Nota 14)..... | 358.666 | 429.218 | |
| Despesas de Pessoal (Nota 15)..... | (60.201) | (62.090) | |
| Outras Despesas Administrativas (Nota 16)..... | (34.863) | (52.039) | |
| Despesas Tributárias (Nota 17)..... | (41.549) | (48.117) | |
| Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)..... | 100.863 | 71.656 | |
| Outras Receitas Operacionais (Nota 18)..... | 16.451 | 17.529 | |
| Outras Despesas Operacionais (Nota 19)..... | (28.572) | (21.938) | |
| RESULTADO OPERACIONAL | 533.520 | 532.310 | |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20) | 91 | 91 | |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 533.611 | 532.401 | |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b) | (88.627) | (187.906) | |
| LUCRO LÍQUIDO | 444.984 | 344.495 | |
| Número de ações (Nota 13a)..... | 4.727.522,077 | 4.727.522,077 | |
| Lucro por lote de mil ações em R\$..... | 94,13 | 72,87 | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil | | | |
|--|------------------|--------------------|--|
| | 2015 | 2014 | |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | | |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 533.611 | 532.401 | |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos | (99.542) | (70.998) | |
| Depreciações e Amortizações..... | 416 | 382 | |
| Reversão de Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa..... | - | (24) | |
| Resultado de Participações em Coligadas e Controladas..... | (100.863) | (71.656) | |
| Outros..... | 905 | 300 | |
| Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 434.069 | 461.403 | |
| (Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez..... | (1.046.052) | 3.255.275 | |
| (Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos..... | 458.637 | (978.740) | |
| Redução em Relações Interdependências..... | 6 | - | |
| (Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens..... | 142.554 | (52.117) | |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações..... | (22.334) | 38.018 | |
| Aumento em Resultados de Exercícios Futuros..... | 229 | - | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos..... | (144.197) | (139.750) | |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais | (177.088) | 2.584.089 | |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: | | | |
| Alienação de Títulos Disponíveis para Venda..... | 12.964 | - | |
| Aquisição de Imobilizado de Uso..... | (797) | (728) | |
| Aquisição de Intangível..... | (1) | (1) | |
| Dividendos Recebidos..... | 921 | 4.570 | |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos | 13.087 | 3.841 | |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos: | | | |
| Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos..... | (48.353) | (2.489.324) | |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos | (48.353) | (2.489.324) | |
| Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa | (212.354) | 98.606 | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período..... | 441.886 | 106.132 | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período..... | 229.532 | 204.738 | |
| Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa | (212.354) | 98.606 | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" ou "Instituição") é uma Instituição Financeira, que tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, e de crédito imobiliário), inclusive câmbio e administração de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O BBI é parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estatimáticas e premissas, tais como: estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificadas na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas da natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. A composição de caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 4.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentadas na Nota 5.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente é baseado no mercado dos preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Demons. créditos no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente é baseado no mercado dos preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

h) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos investimentos em empresas coligadas e controladas estão apresentadas na Nota 8.

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil | | | | | | | |
|--|------------------|---|--------------------|------------------|----------------------------------|-------------|-------------------|
| Eventos | Capital Social | Reserva de Capital Subscrição de Ações | Reservas de Lucros | | Ajustes de Avaliação Patrimonial | | Lucros Acumulados |
| | | | Legal | Estatutária | Próprias | Controladas | |
| Saldos em 31.12.2013 | 4.537.929 | 561.662 | 169.355 | 2.696.555 | 9.431 | (74) | - |
| Dividendos Declarados..... | - | - | - | (2.180.000) | - | - | (2.180.000) |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial..... | - | - | - | - | 48.690 | 23 | 48.713 |
| Lucro Líquido..... | - | - | - | - | - | - | 344.495 |
| Destinações:- Reservas..... | - | - | 17.225 | 323.997 | - | - | (341.222) |
| - Dividendos Propostos..... | - | - | - | - | - | - | (3.273) |
| Saldos em 30.6.2014 | 4.537.929 | 561.662 | 186.580 | 840.552 | 58.121 | (51) | - |
| Saldos em 31.12.2014 | 4.537.929 | 561.662 | 219.427 | 1.077.918 | - | (5) | - |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial..... | - | - | - | - | 50 | 813 | 863 |
| Lucro Líquido..... | - | - | - | - | - | - | 444.984 |
| Destinações:- Reservas..... | - | - | 22.249 | 365.735 | - | - | (387.984) |
| - Juros sobre o Capital Próprio..... | - | - | - | - | - | - | (57.000) |
| Saldos em 30.6.2015 | 4.537.929 | 561.662 | 241.676 | 1.443.653 | 50 | 808 | - |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil | | | | | |
|---|----------------|-------------|----------------|-------------|--|
| Descrição | 2015 | % | 2014 | % | |
| 1 - RECEITAS | 569.361 | 89,1 | 625.191 | 96,4 | |
| 1 | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
b) Classificação por categorias e prazos

| Títulos | 2015 | | | | | Em 30 de junho - R\$ mil 2014 | | | | |
|---|------------------|---------------|----------------|-------------------|-----------------------------------|----------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|-----------------------|--|
| | 1 a 30 dias | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Valor de mercado/ contábil (1) | Valor de custo atualizado | Marcação a mercado | Valor de mercado/ contábil (1) | Marcação a mercado | |
| Títulos para negociação (2) | 1.514.517 | 48.609 | 93.445 | 41.503 | 1.698.074 | 1.691.195 | 6.879 | 1.765.148 | (3.667) | |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | 48.609 | - | 15.347 | 63.956 | 63.956 | - | 69.304 | 7 | |
| Ações | 1.472.086 | - | - | - | 1.472.086 | 1.472.086 | - | 1.552.943 | - | |
| Debêntures | 33.405 | - | - | - | 33.405 | 33.405 | - | 12.881 | - | |
| Letras do Tesouro Nacional | 6.952 | - | - | - | 6.952 | 6.952 | - | - | - | |
| Notas do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | 102.933 | - | |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | 93.445 | 26.156 | 119.601 | 112.722 | 6.879 | 25.299 | (3.674) | |
| Outros | 2.074 | - | - | - | 2.074 | 2.074 | - | 1.648 | - | |
| Títulos disponíveis para venda (3) | | | 11.704 | 1.550.000 | 1.561.704 | 1.561.621 | 83 | 1.826.998 | 96.868 | |
| Debêntures | - | - | 11.704 | - | 11.704 | 11.621 | 83 | 23.130 | - | |
| Ações (4) | - | - | - | 1.550.000 | 1.550.000 | 1.550.000 | - | 1.803.868 | 96.868 | |
| Total em 2015 | 1.514.517 | 48.609 | 105.149 | 1.591.503 | 3.259.778 | 3.252.816 | 6.962 | 3.592.146 | 93.201 | |
| Total em 2014 | 1.670.831 | - | 37.594 | 1.883.721 | | | | | | |

- (1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem seus carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
- No encerramento do semestre o Bradesco BBI possuía R\$ 1.512.443 mil (2014 - R\$ 1.668.757 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;
- (2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante, exceto os instrumentos financeiros derivativos;
- (3) Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, não foram realizadas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda; e
- (4) As aplicações em ações classificadas como disponíveis para venda no realizável a longo prazo, referem-se a ações preferenciais de empresas de capital fechado adquiridas.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O BBI participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda e futuros. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, usando curvas de rendimento e o valor justo do ativo correspondente.

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swap* e futuros, sendo registradas na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (CETIP) e na BM&FBOVESPA.

As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

I - Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

| | Em 30 de junho - R\$ mil | | | |
|----------------------------|--------------------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2015 | | 2014 | |
| | Valor global | Valor líquido | Valor global | Valor líquido |
| Contratos futuros | | | | |
| Compromissos de venda: | 246 | - | 228 | - |
| - Mercado interfinanceiro | 246 | 246 | 228 | 228 |
| Contratos de opções | | | | |
| Compromisso de compra: | 240.947 | - | - | - |
| - Mercado interfinanceiro | 240.947 | 240.947 | - | - |
| Contratos de swap | | | | |
| Posição ativa: | 109.128 | - | 350.130 | - |
| - Mercado interfinanceiro | 41.494 | 16 | 141.639 | - |
| - Moeda estrangeira | 64.128 | 212 | 38.979 | 1 |
| - IGP-M | 3.506 | 29 | 3.649 | 25 |
| - IPCA | - | - | 165.863 | 37.803 |
| Posição passiva: | 108.871 | - | 354.059 | - |
| - Mercado interfinanceiro | 41.478 | - | 183.397 | 41.758 |
| - Moeda estrangeira | 63.916 | - | 38.978 | - |
| - IGP-M | 3.477 | - | 3.624 | - |
| - IPCA | - | - | 128.060 | - |

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

II - Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

| | Em 30 de junho - R\$ mil | | | | | |
|---------------------------------|--------------------------|---------------------------|------------------|------------------|---------------------------|------------------|
| | 2015 | | 2014 | | | |
| | Custo atualizado | Ajuste a valor de mercado | Valor de mercado | Custo atualizado | Ajuste a valor de mercado | Valor de mercado |
| Ajuste a receber - <i>swap</i> | 19.277 | 6.879 | 26.156 | 28.913 | (3.674) | 25.239 |
| Prêmios de opções a exercer | 93.445 | - | 93.445 | - | - | - |
| Total do ativo em 2015 | 112.722 | 6.879 | 119.601 | 28.913 | (3.674) | 25.239 |
| Total do ativo em 2014 | | | | 28.913 | (3.674) | 25.239 |
| Ajuste a pagar - <i>swap</i> | (19.077) | (6.822) | (25.899) | (32.530) | 3.362 | (29.168) |
| Total do passivo em 2015 | (19.077) | (6.822) | (25.899) | (32.530) | 3.362 | (29.168) |
| Total do passivo em 2014 | | | | (32.530) | 3.362 | (29.168) |

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas":

| Empresas | Capital social | | Patrimônio líquido ajustado | | Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares) | | Participação no capital social % | | Lucro líquido | | Valor contábil | | Ajuste decorrente de avaliação (1) | |
|--|----------------|-----------|-----------------------------|---|---|---|----------------------------------|-----------|------------------|------------------|----------------|---------------|------------------------------------|--|
| | | | | | Ações | | | | | | 2015 | | 2014 | |
| | | | | | | | | | | | | | 1º semestre | |
| BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | 18.000 | 37.485 | - | - | - | - | 18.000 | 99,999993 | 4.523 | 37.485 | 28.614 | 4.523 | 3.827 | |
| Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários | 330.000 | 698.014 | 485.275 | - | - | - | 100,000000 | 60.674 | 698.014 | 588.623 | 60.674 | 60.674 | 39.276 | |
| BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM | 148.000 | 313.866 | 9.322 | - | - | - | 100,000000 | 19.242 | 313.866 | 279.036 | 19.242 | 16.097 | | |
| STVD Holdings S.A. (2) | 917.988 | 1.661.930 | 25.862 | - | - | - | 0,272489 | 64.158 | 4.529 | 4.309 | 176 | 142 | | |
| Agora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | 263.000 | 442.898 | 13.674 | - | - | - | 100,000000 | 16.248 | 442.898 | 330.544 | 16.248 | 12.314 | | |
| Total | | | | | | | | | 1.496.792 | 1.231.126 | 100.863 | 71.656 | | |

(1) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis; e

(2) Investimento com participação inferior a 20%, entretanto foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial por ser a investida totalmente controlada pela Organização Bradesco.

b) Composição de outros investimentos

| | Em 30 de junho - R\$ mil | |
|--------------------------------------|--------------------------|----------------|
| | 2015 | 2014 |
| Investimentos em outras companhias | 23 | 23 |
| Títulos patrimoniais | 401 | 401 |
| Investimentos por incentivos fiscais | 272 | 272 |
| Ações (1) | - | 225.279 |
| Obras de arte | 11 | 11 |
| Subtotal | 707 | 225.986 |
| Provisão para perdas | (306) | (306) |
| Total | 401 | 225.680 |

(1) Referem-se a ações da BM&FBOVESPA, alienadas em dezembro/2014.

9) IMOBILIZADO DE USO

| | Em 30 de junho - R\$ mil | | | |
|--|--------------------------|--------------|----------------|------------------------------|
| | Taxa anual | Custo | Depreciação | Custo líquido de depreciação |
| | | 2015 | 2014 | 2014 |
| Imóveis de uso: | | | | |
| - Edificações | 4% | 961 | (846) | 115 |
| - Terrenos | - | 30 | - | 30 |
| Instalações, móveis e equipamentos de uso | 10% | 4.482 | (1.960) | 2.522 |
| Sistema de processamento de dados, comunicação e segurança | 20% | 2.522 | (1.548) | 974 |
| Total em 2015 | | 7.995 | (4.354) | 3.641 |
| Total em 2014 | | 7.055 | (3.670) | 3.385 |

Corresponde a Gastos em Desenvolvimento de *Software*. O valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 132 mil (2014 - R\$ 206 mil) e amortização acumulada de R\$ 314 mil (2014 - R\$ 238 mil).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistemas informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões constituídas

| | Em 30 de junho - R\$ mil | |
|--|--------------------------|--------------|
| | Cíveis | Fiscais (1) |
| Saldo no início do período | | 7.248 |
| Atualização monetária | 9.348 | 682 |
| Constituições líquidas de reversões e baixas | 500 | (58) |
| Pagamentos | (266) | (11) |
| Saldo no final do período | 9.571 | 7.872 |

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetividade, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são: a) Autuação de IRPJ e CSLL, relativo aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 202.375 mil (2014 - R\$ 121.798 mil); b) Autuação relativa à contribuição previdenciária sobre aportes em planos de previdência privada e também sobre valores pagos a título de PLR no valor de R\$ 18.159 mil (2014 - R\$ 16.630 mil).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

| | Em 30 de junho - R\$ mil | |
|--|--------------------------|----------------|
| | 2015 | 2014 |
| Provisões fiscais (Nota 11b) | 7.872 | 7.700 |
| Impostos e contribuições sobre lucros a pagar | 81.983 | 132.320 |
| Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c) | 40.926 | 42.156 |
| Impostos e contribuições a recolher | 9.699 | 10.849 |
| Total | 140.480 | 193.025 |

b) Diversas

| | Em 30 de junho - R\$ mil | |
|--|--------------------------|---------------|
| | 2015 | 2014 |
| Provisão para pagamentos a efetuar (1) | 54.770 | 66.746 |
| Provisões cíveis (Nota 11b) | 9.571 | 9.110 |
| Outras | 671 | 120 |
| Total | 65.012 | 75.976 |

(1) Inclui Participações nos Lucros e Resultados de empregados no montante de R\$ 25.212 mil (2014 - R\$ 33.146 mil).

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 4.537.929 mil (2014 - R\$ 4.537.929 mil), totalmente subscrito e integralizado é dividido em 4.727.522.077 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de capital

A reserva de capital refere-se ao ágio pago na subscrição de ações. É utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; e (iv) incorporação ao capital social.

c) Reservas de lucros

| | Em 30 de junho - R\$ mil | |
|---------------------------|--------------------------|------------------|
| | 2015 | 2014 |
| Reservas de lucros | 1.685.329 | 1.027.132 |
| - Reserva legal (1) | 241.676 | 186.580 |
| - Reserva estatutária (2) | 1.443.653 | 840.552 |

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada período, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros

III - Contratos futuros, de opções e de swap - (Notional)

| | Em 30 de junho - R\$ mil | | | |
|--------------------------|--------------------------|-------------------|----------------|----------------|
| | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Total | |
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Contratos futuros | - | 246 | 246 | 228 |
| Contratos de opções | - | 240.947 | 240.947 | - |
| Contratos de <i>swap</i> | - | 82.972 | 82.972 | 324.891 |
| Total em 2015 | - | 324.165 | 324.165 | - |
| Total em 2014 | 241.919 | 83.200 | - | 325.119 |

IV - Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

| | Em 30 de junho - R\$ mil | |
|-------------------------------|--------------------------|--------------|
| | 2015 | 2014 |
| Letras financeiras do tesouro | 5.691 | 5.126 |
| Total | 5.691 | 5.126 |

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.200 mil (2014 - R\$ 7.700 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.200 mil (2014 - R\$ 7.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

| | Em 30 de junho - R\$ mil | |
|---------------------------|--------------------------|--------------|
| | 2015 | 2014 |
| Proventos..... | 1.076 | 1.630 |
| Contribuição ao INSS..... | 242 | 367 |
| Total..... | 1.318 | 1.997 |

Benefícios pós-emprego

| | Em 30 de junho - R\$ mil | |
|--|--------------------------|--------------|
| | 2015 | 2014 |
| Planos de previdência complementar de contribuição definida..... | 2.219 | 3.373 |
| Total..... | 2.219 | 3.373 |

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

| | Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil | |
|---|---|------------------|
| | 2015 | 2014 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social..... | 533.611 | 532.401 |
| Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente..... | (213.444) | (212.960) |
| Efeito no cálculo dos tributos: | | |
| Participações em coligadas e controladas..... | 40.345 | 28.662 |
| Receitas não tributáveis líquidas de despesas indedutíveis (1)..... | 61.379 | (3.288) |
| Juros sobre o capital próprio pagos..... | 22.800 | - |
| Outros valores..... | 293 | (320) |
| Imposto de renda e contribuição social do semestre..... | (88.627) | (187.906) |

(1) Refere-se basicamente a dividendos recebidos.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

| | Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil | |
|--|---|------------------|
| | 2015 | 2014 |
| Impostos correntes | | |
| Imposto de renda e contribuição social devidos..... | (77.037) | (161.453) |
| Impostos diferidos | | |
| Realização no semestre, sobre adições temporárias..... | (11.590) | (26.453) |
| Imposto de renda e contribuição social do semestre..... | (88.627) | (187.906) |

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

| | R\$ mil | | | |
|--|---------------------|---------------|---------------|--------------------|
| | Saldo em 31.12.2014 | Constituição | Realização | Saldo em 30.6.2015 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa..... | 17.278 | - | - | 17.278 |
| Provisões cíveis..... | 3.567 | 94 | 4 | 3.657 |
| Provisões fiscais..... | 2.362 | 981 | 23 | 3.320 |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso..... | 384 | - | - | 384 |
| Provisão para desvalorização de títulos e investimentos..... | 153 | - | 36 | 117 |
| Outros..... | 28.492 | 14.808 | 27.410 | 15.890 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 7b) ... | 52.236 | 15.883 | 27.473 | 40.646 |
| Obrigações fiscais diferidas (Nota 12a)..... | 68.685 | 74 | 27.833 | 40.926 |
| Crédito tributário líquidodas obrigações fiscais diferidas..... | (16.449) | 15.809 | (360) | (280) |

Aos Administradores do

Banco Bradesco BBI S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BBI S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35

Em 30 de junho de 2015 - R\$ mil

| | Diferenças temporárias | | Total |
|-------------------|------------------------|---------------------|---------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | |
| 2015..... | 6.645 | 2.135 | 8.780 |
| 2016..... | 9.495 | 3.845 | 13.340 |
| 2017..... | 9.675 | 3.953 | 13.628 |
| 2018..... | 2.135 | 1.529 | 3.664 |
| 2019..... | 771 | 463 | 1.234 |
| Total..... | 28.721 | 11.925 | 40.646 |

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somam R\$ 38.526 mil (2014 - R\$ 79.506 mil) sendo R\$ 38.526 mil (2014 - R\$ 53.333 mil) de diferenças temporárias e (2014 - R\$ 26.173 mil) de crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35.

Todos os créditos tributários do BBI foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 40.926 mil (2014 - R\$ 42.156 mil) relativas a: Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - R\$ 37.444 mil (2014 - R\$ 38.749 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 3.482 mil (2014 - R\$ 3.407 mil).

23) OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Gerenciamento de riscos**

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BBI como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil. Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

d) Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. A Instituição guardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

e) Em julho de 2015, o Bradesco BBI, através do Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus II, do qual detém atualmente 100,0% das cotas, celebrou com a Vale S.A., o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual serão adquiridas ações preferenciais classe A, representativas de 36,4% do capital social da Minerações Brasileiras Reunidas S.A., pelo preço de R\$ 4,0 bilhões.

f) Não houve outros eventos subsequentes, que requeriram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BBI S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 29 de julho de 2015

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3